

# ÍNDICE

Nota de Apresentação .....	7
A Marinha na Revolução dos Cravos .....	11
1. Declaração de interesses .....	12
2. Caracterização do regime político existente antes do 25 de Abril de 1974 .....	13
3. O 25 de Abril e o MFA – Originalidade e Singularidade .....	16
4. Primeira Fase do Processo que se seguiu ao 25 de Abril, na sociedade e nas Forças Armadas.....	18
5. O Processo Revolucionário.....	22
6. A estrutura do MFA na Marinha .....	26
7. Análise do documento publicado nos Anais.....	37
8. Conclusões.....	58
191 Casos de Perseguição Política na Marinha 1981.....	67
Índice .....	67
Siglas e Abreviaturas .....	68
Introdução .....	70
1. Militares julgados no Conselho Superior de Disciplina da Armada (C.S.D.A.) .....	72
2. Militares preteridos após apreciação em Conselho Superior da Armada (C.S.A.) .....	74
3. Militares ultrapassados nas promoções por alegado partidarismo... 75	
4. Militares que sofreram sanções estatutárias.....	77
4.1. Reserva por falta de «condições de promoção» .....	77
4.2. Reserva por negação de recondução .....	77
5. Militares prejudicados na sua carreira por não credenciamento NATO .....	78
6. Militares prejudicados em concursos e nomeações .....	83
6.1. Escola Naval .....	84
6.2. Fomento Marítimo .....	84
6.3. Instituto Superior Naval de Guerra .....	85
6.4. Concurso para reestruturação do Quadro de Oficiais Fuzileiros. 86	

7. Arbitrariedades na concessão de louvores e medalhas .....	86
7.1. Louvores .....	86
7.2. Medalhas de Comportamento Exemplar .....	87
8. Diversos .....	89
9. «Grupo dos 80» .....	91
Conclusão .....	91
Adenda aos 191 Casos de Perseguição Política .....	93
Introdução .....	93
1. Casos complementares (oficiais) .....	93
2. Situações complementares surgidas na sequência do 25 de Novembro de 1975 .....	104
3. A Perseguição Política na Armada nos Meios de Comunicação Social .....	104
4. Sargentos e Praças – Passagem Compulsiva à Reserva, Não Promoção, e Não Publicação de Louvores e Condecorações... 105	
Carta Aberta ao Chefe do Estado-Maior da Armada, 1982 .....	107
Processo das Praças – Passagem Compulsiva à Reserva, Não Promoção e Não Publicação de Louvores e Condecorações – Petição ao Conselho da Revolução .....	113
Processo das Praças – Passagem Compulsiva à Reserva, Não Promoção e Não Publicação de Louvores e Condecorações – Passagem Compulsiva à Reserva de Praças dos Quadros Permanentes da Armada.....	117
1. Os Acontecimentos .....	117
2. Mecanismos Utilizados.....	118
2.1. Apreciação do ESPA .....	119
2.2. A relação com os processos do 25NOV75 .....	121
2.3. A Questão da Amnistia ou a fuga aos Mecanismos Disciplinares .....	122
2.4. A utilização do Decreto Lei 30.250 .....	123
3. A Inconstitucionalidade do Processo .....	124
4. Conclusão .....	125
Diário dos Presos Políticos no Forte do Areeiro de 4 a 24 de Dezembro de 1975.....	127

## NOTA DE APRESENTAÇÃO

No corpo deste livro está transcrito o artigo que publicámos nos Anais do Clube Militar Naval (CMN) em 2025<sup>1</sup>, «A Marinha na Revolução dos Cravos». Nele são relatadas e fundamentadas as acções e as medidas tomadas pela estrutura de comando da Armada desde o dia 25 de Abril de 1974 até ao dia 25 de Novembro de 1975.

A esse trabalho são aqui e agora associados seis apêndices documentais, nos quais estão compiladas as acções persecutórias a que foram sujeitos, após 25 de Novembro de 1975, a maior parte dos oficiais, sargentos e praças da Armada que estavam envolvidos na Revolução. Com a conjugação dessas duas partes, é reposta factualmente a intensa vivência na Marinha nessa época de mudanças profundas. Esse processo foi e tem sido sistemática e deliberadamente obliterado pelas correntes dominantes da comunicação social. Aponta-se, deste modo, o rumo à verdade histórica.

No período seminal do Portugal moderno a que nos atemos, confrontaram-se, na Marinha, os que procuravam acentuar as vertentes democráticas da cultura naval e os defensores da continuação do autoritarismo militar. Os primeiros agiram em consonância com a necessidade imperiosa de democratização de todos os corpos e instâncias do Estado – Forças Armadas incluídas – como garantia do regime democrático em construção, que veio a ficar consagrado na Constituição da República aprovada em 2 de Abril de 1976.

Os segundos agiram na expectativa de o impedir ou de o subverter, inspirados pelo saudosismo do regime fascista colonial que vigorou até 25 de Abril de 1974. Ficaram conhecidos no âmbito da Marinha como o «Grupo dos 80». Vangloriaram-se da sua acção contra-revolucionária em artigo publicado nos Anais do Clube Militar Naval<sup>2</sup>. Não terem conseguido

---

<sup>1</sup> *Anais do Clube Militar Naval*, ano 154, janeiro-junho de 2024.

<sup>2</sup> *Anais do Clube Militar Naval*, ano 152, julho-dezembro de 2022, p. 483-500.

aquele seu objectivo maior não os impediu, todavia, de se conseguirem alcandorar aos postos de comando, na sequência dos acontecimentos de 25 de Novembro de 1975, e de encetarem, em seguida, intensas acções intimidatórias e persecutórias sobre os camaradas alinhados com a revolução.

Se pretendiam prestar uma homenagem aos que partiram, receamos que algumas das revelações e formas de actuação que relatam venham a surtir, ao invés, um efeito que não dignifica nem os autores nem os que com eles pactuaram.

Além da crítica que é feita ao teor desse documento no artigo que publicámos nos Anais do CMN, acrescentamos aqui algumas considerações sobre a natureza anti-25 de Abril desse grupo e dos seus elementos.

O fulcro do grupo situa-se no curso “Pedro Nunes” (1956), com apoio directo nos dois cursos anteriores e nos posteriores.

Cabe dizer, em primeiro lugar, que a linguagem de “critérios de aderência política” ou mesmo “partidária”, que utilizaram para se referir a quem detinha o comando da Marinha, é muito grave e inaceitável, é mesmo indigna; será que os camaradas dos “80” vieram a utilizar mais tarde critérios desse género? Quem apelida de “comissários políticos” os elementos da CDEA estaria porventura disposto a designar a sua rede “secreta” de informadores e contactos como quê? “agentes clandestinos de informação política”?

Da nossa parte, procurámos não cair no mesmo erro de apreciação, cientes de que no grupo haveria gente bem-intencionada, que por uma ou outra razão se deixou iludir.

Cabe dizer depois que, além do saudosismo, o documento e a organização do grupo exploram o mesmo filão: o medo do desconhecido e do novo, que rotulam (convenientemente) de totalitarismo comunista. São oficiais da Armada que continuaram e continuam a viver no passado e nunca aceitaram e nem aceitam o sentido progressista do Programa do MFA. Numa época de intenso exercício das liberdades, não deixa de ser sintomático que os próprios se auto designem de organização clandestina!

Será que o grupo dos “80”, na sequência do 25 de Novembro de 1975, assume que se instalou na hierarquia e que orientava o CEMA?

Por fim, sublinhamos que, não obstante a clara divergência e diferença em termos de pensamento político e de sensibilidade social, merecem-nos consideração e apreço alguns desses camaradas com os quais tivemos uma relação mais próxima ou conhecemos melhor; lamentamos assim, por maioria de razão, que o nosso camarada de classe ECN, CALM Balcão Reis, tenha dado cobertura ao documento publicado nos Anais do CMN, que contém textos com parágrafos e frases de um enorme enviesamento ideológico, injuriosos para a própria Marinha e para quem a servia, peçados de evidentes contradições e incoerências e contendo generalizações feitas a partir de casos isolados considerados a título de exemplo, o que constitui um flagrante vício de raciocínio. Há trechos do texto em que é usada uma linguagem semelhante à empregada pelo regime que derrubámos em 25 de Abril, ou tomada de empréstimo ao vocabulário e às técnicas da Guerra Fria e recorrendo às respectivas grelhas de análise e grades de pensamento, que não honram as tradições e a cultura da Marinha.

A composição deste livro teve a contribuição, entre outros, dos camaradas Mário Simões Teles, José Aires da Silva, Fernando Caldeira Santos e António Possidónio Roberto.

Lisboa, 10 de Junho de 2025

Manuel Beirão Martins Guerreiro



## A MARINHA NA REVOLUÇÃO DOS CRAVOS

Considerando que muitos dos leitores dos Anais não viveram os acontecimentos do 25 de Abril e do processo revolucionário que ele originou, tendo em atenção que nos encontramos em plena comemoração dos 50 anos de Abril e das primeiras eleições livres, para eleger os deputados constituintes impõe-se uma abordagem àquele período da nossa História e da Marinha, o mais factual possível para caracterizarmos a realidade histórica e as suas circunstâncias com rigor, para além do mundo das sensações, das perceções, do ouvir dizer, dos casos isolados, das análises de feição e de grelhas metodológicas herdadas do passado, como se evidencia no artigo publicado nos Anais n.º Jul-Dez 2022 intitulado o grupo dos “80”, páginas 483-500, publicado em 2024

Não obstante a clara divergência e diferença em termos de pensamento político e de sensibilidade social, merecem consideração e apreço alguns destes camaradas indicados como elementos do grupo central com quem tivemos uma relação mais próxima ou de melhor conhecimento;

Responder àquelas frases e afirmações sem saber quem é o originador constitui uma tarefa difícil, porque obriga a afirmações genéricas para o conjunto, atingindo todos, incluindo os que não se revêm nesse tipo de afirmações e linguagem. E, como sabemos, a linguagem é um elemento essencial no relacionamento humano.

Abordaremos especificamente os referidos casos de linguagem na segunda parte deste trabalho quando analisarmos o conteúdo do documento dos “80”, e o comportamento de elementos do grupo (naturalmente heterogéneo) durante o período revolucionário, de 25 de Abril 1974 a 25 de Novembro 1975, e a posterior atuação que se verificou até à extinção do Conselho da Revolução em 1982 e nos anos subsequentes.

## 1. Declaração de interesses

Muito antes do 25 de Abril e mesmo do movimento dos capitães, um grupo alargado de jovens oficiais de Marinha desenvolveu um processo de motivação e consciencialização de centenas de oficiais, procurou contribuir para uma mudança política em Portugal que pusesse fim ao regime totalitário vigente e à guerra colonial.

Na sequência da Revolução dos Cravos, em 27 de Abril, a pedido do então CMG Pinheiro de Azevedo, destaquei da Direcção de Construções Navais para a Junta de Salvação Nacional, instalada na Cova da Moura, tendo integrado desde a primeira hora o gabinete do ALM Pinheiro de Azevedo, novo Chefe do Estado-Maior da Armada.

Em Outubro de 1974 fui graduado em capitão-de-fragata para assumir as funções de chefe de gabinete em substituição do CMG Silvano Ribeiro, que tinha ocupado o lugar do ALM Rosa Coutinho na Junta de Salvação Nacional e veio posteriormente a integrar o III Governo Provisório, sobraçando a pasta da Defesa Nacional.

Fiz parte de todos os órgãos do MFA da Armada (com exceção da ADOA), da Assembleia do MFA dos três ramos e do Conselho da Revolução, onde integrei a respectiva comissão militar – órgão que preparou, analisou e aprovou toda a legislação das Forças Armadas (leis, decretos-leis e portarias, totalizando mais de oito centenas) até à extinção do Conselho da Revolução, em Novembro de 1982.

Fui presidente da Comissão de Dinamização e Esclarecimento da Armada (CDEA), criada na Marinha, à semelhança de idênticos órgãos instituídos no Exército e Força Aérea, na sequência de decisão do Conselho da Revolução tomada em Abril 1975.

Em 26 de Novembro 1975 deixei as funções de chefe de gabinete do CEMA, tendo continuado a desempenhar funções de membro do Conselho da Revolução, ocupando em permanência um gabinete, situado no edifício do Restelo onde estava instalado o Conselho da Revolução.

Em Novembro de 1982, feita a revisão Constitucional, o Conselho da Revolução terminou o seu mandato (como previsto no acordo MFA-Partidos celebrado em 1976); regressei então à Marinha, ao Gabinete de Estudos da Direcção Geral do Material Naval, ocupando um gabinete no

mesmo edifício e andar donde tinha partido em Abril de 1974, desempenhando agora as funções de engenheiro adjunto do Chefe de Departamento da Plataforma, lugar em que permaneci, até assumir as funções de Chefe do Departamento e mais tarde de Chefe do Gabinete de Estudos. Posteriormente, após reestruturação da área do material, fui nomeado Director de Navios, tendo então mudado para o edifício da recém-formada Direcção de Navios, na Base Naval, de que fui, por conseguinte, o primeiro Director. Em Dezembro de 1999 passei à situação de reserva e entreguei o cargo de Director de Navios; continuando mais algum tempo ao serviço, tendo coordenado o grupo de trabalho que elaborou o anteprojecto do Navio Polivalente Logístico (NPL) para as Forças Armadas Portuguesas.

Em 2007, pela resolução n.º 34/2007, de 20 de Julho, da Presidência do Conselho de Ministros, fui nomeado presidente da Comissão de Reconstituição das Carreiras dos Militares que por razões de natureza política tinham sofrido alterações anómalas – conforme Lei 43/99, de 11 de Junho de 1999 –, com a finalidade de concluir a totalidade dos requerimentos entregues e aceites, encerrando assim o universo dos potenciais abrangidos.

## **2. Caracterização do regime político existente antes do 25 de Abril de 1974**

Para melhor entendimento e compreensão das profundas transformações originadas pelo 25 de Abril nas Forças Armadas e no país, convém fazer um breve resumo do que era o regime político então existente e caracterizar a sociedade portuguesa, o 25 de Abril e a primeira fase da mudança, correspondente ao período em que o general Spínola exerceu as funções de Presidente da República.

De 28 de Maio de 1926 até 25 de Abril de 1974 existiu em Portugal uma ditadura – inicialmente militar, até 1933, e depois corporativa, inspirada no fascismo italiano e plasmada na Constituição Corporativa de 1933 de Oliveira Salazar –, tendo Marcelo Caetano visitado a Itália de Mussolini, pela qual expressou admiração.

Apesar da derrota do nazismo e do fascismo na II Guerra Mundial, Salazar, admirador dos regimes derrotados, perdurou.

Portugal foi membro fundador da NATO.

O anticomunismo constituía um elemento estrutural do regime, e tanto bastou para que as democracias ocidentais vencedoras da guerra aceitassem a participação de Portugal nos novos órgãos que iam sendo constituídos, apesar de somente em 14 de Dezembro de 1955 o Conselho de Segurança da ONU ter votado favoravelmente a admissão de Portugal como membro da ONU, (curiosamente na mesma reunião em que entrou a Ucrânia, como contrapartida para o outro bloco). Os interesses estratégicos falaram mais alto do que os princípios e os valores democráticos. Assim, em Abril de 1949 Portugal integrou os doze países fundadores da NATO, antes de ser membro da ONU.

Após a II Guerra Mundial desenrolou-se o processo de descolonização com expressão na Ásia e na África. Os impérios coloniais tinham chegado ao seu fim histórico. Não entendeu assim Salazar: a natureza e a sobrevivência do regime totalitário português estavam ligadas ao império colonial e, numa manobra puramente semântica, as colónias passaram a ser designadas por “províncias ultramarinas” a fim de iludir uma decisão da ONU que nos abrangia e nos impunha o dever de descolonizar.

Como a história se faz de mudança e o tempo não pára, após a descolonização das colónias inglesas, holandesas e francesas surgiram naturalmente nas colónias portuguesas os movimentos nacionalistas. Salazar não quis ou não soube negociar soluções políticas. Optando pela guerra colonial a todo o custo, agudizou a contradição entre a metrópole e as colónias, que iria desembocar no derrube do regime a partir de um dos seus pilares de sustentação – as Forças Armadas.

O regime corporativo de inspiração fascista era tipicamente um regime totalitário: um partido único; uma poderosa polícia política; uma organização de juventude de pendor militarista (a Mocidade Portuguesa), criada à semelhança das juventudes italianas; censura; forte repressão política, um corpo paramilitar, a Legião Portuguesa; eleições condicionadas e manipuladas; universo eleitoral muito reduzido em relação à população adulta; a liberdade de expressão, de reunião, associação ou o

acesso à educação eram luxos de que apenas a minoria de suporte do governo podia usufruir sem dificuldades.

O salazarismo dispunha de alguma base social de apoio, em especial na província, com particular incidência no centro e norte do país; promovia o medo popular do desconhecido e alimentava e fazia crescer o sentimento anticomunista e antissocialista, que utilizava contra todos os que manifestavam ideias democráticas ou reivindicavam melhores condições de vida e de trabalho.

Numa sociedade de matriz católica, conservadora, cultural, política e socialmente bloqueada como era a sociedade portuguesa nos anos 60 do século passado, o ingresso nas Forças Armadas ou nas Forças de Segurança era uma via de saída para os jovens da pequena e média burguesia rural e também de alguns estratos urbanos. A base social do MFA assentava em parte nestes militares.

A par do partido único, a União Nacional (que Marcelo Caetano viria mais tarde a crismar de Acção Nacional Popular) e da polícia política, a PIDE/DGS, as Forças Armadas (grande parte dos seus quadros) e a Igreja eram os pilares fundamentais do regime. Na Igreja surgiu uma corrente progressista que despertou a consciência social de alguns dos jovens de então por via do Movimento Para Um Mundo Melhor.

O isolamento político do país, o atraso económico e a guerra colonial levaram os portugueses a emigrar clandestinamente em grande número na década de 60, tendo cerca de um milhão emigrado para a Europa, em especial para França.

A juventude portuguesa estava na guerra colonial, iniciada em Angola em 1961, ou tinha emigrado antes de ser chamada a prestar serviço militar, que podia durar 4 anos. Portugal era um país desprestigiado. Os nossos emigrantes, sobretudo os económicos, eximiam-se, por vergonha, a dizer que eram portugueses.

A guerra colonial agudizou a contradição que iria pôr fim ao regime que não soube ou não quis superar a sua natureza totalitária e colonialista, esgotando as capacidades e recursos do país numa guerra cuja saída teria necessariamente de ser política.

Os jovens oficiais do Quadro Permanente, cujas comissões se iam repetindo, começaram a tomar consciência de que a continuação da guerra não era solução, concluindo rapidamente que o regime teria de ser derubado para que fosse possível estabelecer a paz. Sem hesitar, deram esse passo a 25 de Abril 1974, desencadeando um processo original e singular, iniciando um caminho novo e desconhecido que não seguiu quaisquer métodos ou experiências anteriores, sejam elas nacionais ou estrangeiras. Quem pretender reduzir o 25 de Abril e o processo que se lhe seguiu a modelos estrangeiros ou colocá-lo sob a dependência de forças políticas partidárias não entendeu nada do que se passou.

### **3. O 25 de Abril e o MFA – Originalidade e Singularidade**

A preparação e execução do 25 de Abril e do seu programa político não seguiram qualquer modelo ou método específico, técnico ou prático de mudança de regime em casos anteriores ou tentativas levadas a cabo no país ou no estrangeiro.

Não se tratou de um golpe de estado típico nem de um levantamento popular ou militar, como frequentemente alguns tentam simplisticamente caracterizá-lo. A combinação positiva de vários factores, condições objectivas e subjectivas, valores e princípios que nos motivaram originou algo de muito singular, de grande potencial de transformação e desenvolvimento.

A adesão espontânea e imediata do povo de Lisboa e seguidamente do país, consubstanciada no irrepetível 1.º de Maio de 1974, em que mais de um milhão de pessoas na rua exultaram de alegria, usufruindo em pleno a liberdade conquistada, transformou a acção militar libertadora num processo revolucionário aberto a toda a sociedade.

Os improváveis libertadores saíram de um dos pilares do regime – as Forças Armadas –, como resultado da tomada de consciência dos jovens militares profissionais sobre a natureza da guerra.

A preparação, a elaboração do programa político e a execução da operação militar são obra exclusiva de militares do Quadro Permanente (MFA), sem qualquer participação de civis.

Os militares do MFA que derrubaram o regime não assumiram o poder. Delegaram-no numa Junta de Salvação Nacional, à qual entregaram o Programa do MFA (carta de comando), com a obrigação expressa no programa de nomear um governo provisório de civis para a sua execução. Os principais elementos da Junta conheciam previamente e concordaram com o programa, ao qual o general Spínola logo na noite do próprio dia 25 de Abril propôs alterações.

O 25 de Abril ocorreu sem derramamento de sangue por parte dos militares que tinham experiência de guerra e conduziram uma operação desta envergadura sabendo gerir a violência, sem usarem as armas para matarem ou ferirem pessoas; porém a criminosa PIDE no dia 25 disparou directamente sobre os populares e causou 4 mortes.

Os militares do MFA, impulsionados por valores éticos e morais, pela vontade de alcançar a paz e a liberdade, conseguiram que o 25 de Abril fosse “o dia inteiro e limpo” de alegria e participação popular – um dia único na história portuguesa, um dia maior da nossa história em termos de direitos humanos e dignidade das pessoas.

O 25 de Abril caracteriza-se por dimensões éticas e estéticas que o transformaram num caso especial da História nacional e internacional. Acrescentou um factor novo à identidade portuguesa – o Portugal de Abril.

Foi um momento luminoso da nossa história.

A imagem do nosso país alterou-se radicalmente, em especial no estrangeiro. Os nossos emigrantes passaram a ter orgulho em ser portugueses, ao contrário do que antes acontecia. Portugal e os portugueses surgiram aos olhos da Europa e do mundo como algo excepcional e inédito. Internamente, o processo foi mais lento; sobreviveram resquícios do passado, esqueletos do salazarismo, tendo-se mantido alguns hábitos e atitudes ancorados no conservadorismo rural e católico.

Certo tipo de linguagem e afirmações ainda hoje o testemunham: o passado totalitário do salazarismo e os seus fundamentos ainda não foram superados por todos os que nele cresceram, viveram e usufruíram de situações confortáveis.

O 25 de Abril afirmou uma ideia clara e uma vontade de outro Portugal – aberto ao mundo, solidário, livre e democrático nas suas múltiplas dimensões: política, cultural, social e económica.

Hoje é incontestável que essa ideia de Abril foi fundadora da democracia instaurada pelo MFA e plasmada na Constituição da República de 1976.

O 25 de Abril abriu as portas a um tempo novo de paz, liberdade, igualdade de direitos e deveres, oportunidades e possibilidades para todos, de participação plena dos cidadãos na edificação de um país livre, solidário e justo, sem distinção de classes ou origens.

A Constituição da República, aprovada em 2 de Abril de 1976 pela esmagadora maioria dos deputados presentes (apenas os 15 representantes do CDS votaram contra), consignou na nossa lei fundamental os valores de Abril, um horizonte amplo aberto à participação de todos os cidadãos.

A realidade de processos históricos como o nosso é sempre mais complexa do que os modelos explicativos ou interpretativos, nomeadamente os do passado. É difícil compreender e mais difícil de aceitar por quem não se libertou de cartilhas ideológicas e continua ainda hoje amarrado a visões simplistas e primárias das sociedades e das Instituições.

#### **4. Primeira Fase do Processo que se seguiu ao 25 de Abril na sociedade e nas Forças Armadas**

Uma vez que, segundo os próprios afirmam, o “grupo dos 80” começou a organizar-se em Outubro de 1974, convém perceber qual era a dinâmica então existente e quais as suas “raízes”.

No dia 25 de Abril à noite, depois da rendição de Marcelo Caetano no Carmo, os elementos da Junta de Salvação Nacional foram chegando à Pontinha (posto de comando do MFA) para seguidamente irem à televisão mostrar ao país a face do novo poder.

Alguns dos elementos do MFA que estavam na Pontinha foram confrontados com a recusa do general Spínola a publicar o Programa do MFA, que dias antes fora lido e aceite pelos representantes do MFA, depois de ele lhe introduzir algumas alterações. Cria-se inesperadamente o primeiro confronto entre o general e o MFA. A presença no local do tenente-coronel Franco Charais e do comandante Vítor Crespo permitiu fazer frente às pretensões do general Spínola de ignorar o programa do MFA e de o substituir por uma declaração sua ao País.